

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 26 de setembro de 2024

Ata N.º 27

No dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, na SIM – Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO 2 – Pedido de autorização prévia dos investimentos a financiar por empréstimo bancário de médio e longo prazo;

PONTO 3 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado municipal com vista à posterior constituição de direito de superfície;

PONTO 4 – Aceitação de doação – Alargamento do Aceiro António Marreco;

PONTO 5 – Aditamento ao Acordo de Geminação, Cooperação e Amizade entre os Municípios Palmela e S. Filipe (Cabo Verde);

PONTO 6 – Contrato Interadministrativo para Limpeza e Conservação de Espaços Desportivos Descobertos e Espaços de Jogo e Recreio Municipais com a Junta de Freguesia de Palmela – Atualização;

PONTO 7 – Projeto de Regulamento do Museu Municipal de Palmela;

PONTO 8 – Projeto de Alteração ao Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela;

PONTO 9 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Aditamento ao contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e AMENER Palmela Smartlight, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;

- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sra. Maria Clara dos Santos Félix.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sr. Carlos Henrique Catalão Alves.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;

- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.
- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontra presente.
- **Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais inadiáveis, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.
- **Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão do CHEGA**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa e a Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU, Sr. Carlos André Caetano da Silva e o Sr. Rui Manuel Marques Lourenço do PS, a Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD, e o Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins do CH**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Uma boa noite a todos e todas. Já temos aqui quinze minutos de tolerância mais que académica e, portanto, vou avançar com esta sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal de Palmela.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e a Sra. Vereadora. Tenho uma indicação do Vereador Carlos Sousa, que teve a amabilidade de me informar que, por compromissos assumidos anteriormente, não poderá estar presente na sessão desta Assembleia Municipal.

Registo dois atrasos: da minha segunda secretária, e, portanto, não vou pedir a substituição desde já. Aparentemente, há um acidente em cadeia na Vasco da Gama, e as coisas estão um bocadinho complicadas; a Dulce e o Rui Lourenço estão "presas" na Vasco da Gama.

Gostaria de agradecer à SIM – Sociedade de Instrução Musical pela cedência das instalações e pela flexibilidade que existiu, também no sentido de em vez de irmos em junho, como tínhamos inicialmente previsto, irmos agora em setembro. Um agradecimento também pessoal e particular ao António Mestre, que mediu toda esta situação, e eu tenho que valorizar.

Agradeço aos serviços do município por todos estes trabalhos acrescidos que estas sessões descentralizadas sempre trazem.

Tentei que antes desta sessão ordinária houvesse reunião de líderes de bancada, mas isso não foi possível devido a uma série de agendas um bocadinho difíceis. Teremos essa reunião amanhã às 17h30, onde definiremos, nomeadamente, a questão das sessões descentralizadas no último ano de mandato. As eleições autárquicas do próximo ano serão, com certeza, em duas datas possíveis: 26 de setembro ou 5 de outubro. Em função disso, teremos que ver como fazer esta sessão de setembro; pessoalmente, não gostaria de a realizar já em período eleitoral, e, portanto, teríamos que tentar antecipar essa sessão. Amanhã, na reunião de líderes, tentaremos perceber isso, analisando as vantagens ou desvantagens de fazermos essa também descentralizada, como sabemos que estamos a realizar duas sessões descentralizadas por ano.

Penso que dos agradecimentos é tudo. Gostaria de saudar quem assiste à sessão em casa e convidá-los a participar ativamente nas Assembleias Municipais, um fórum que considero único de discussão e partilha sobre muito do que se pode e deve fazer na construção do concelho.

Passo à Chamada.”

Período de Intervenção dos Municípios

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Passamos ao período do público. É nesta fase que o público presente na nossa sessão pode intervir, colocando questões ao Sr. Presidente da Câmara, que tentará responder, seja pessoalmente ou pedindo a intervenção de algum dos Srs. Vereadores para o efeito. Coloco à disposição o microfone que está na sala. Peço que se identifiquem, dizendo o vosso nome, para que possam fazer a vossa intervenção sobre os temas que considerarem apropriados.

Não há intervenções?

Muito bem, não havendo intervenções, agradeço, de qualquer forma, a presença do público.”

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia, agora destinado às bancadas.

Antes de dar a palavra, informo que temos cinco Saudações e um Voto de Pesar. A saudação da festa das vindimas é da responsabilidade da mesa, pois entendi, assim como fiz no ano passado, que tivemos uma reunião de líderes antes e isso foi discutido. Decidi que não valeria a pena trazermos uma saudação de cada uma das bancadas, então fizemos a Saudação e passei pela aprovação dos diferentes líderes de bancada, que não apresentaram grandes questões em relação ao modelo. Apenas o Bloco de Esquerda fez uma proposta, e tentei ir ao encontro do que a Tânia escreveu para a Assembleia. Portanto, irei ler a versão final, que todos têm nas suas pastas, aquela versão de hoje de manhã, e não lerei a saudação toda.”

Saudação AM “À Festa das Vindimas 2024”

Tomou a palavra o **Sr. José Carlos Matias de Sousa**, para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e sete votos a favor (dez da CDU, sete do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

“Esta saudação está à discussão, não havendo intervenções votamos.”

Submetida a Saudação a votação, foi o mesmo aprovada, por unanimidade com vinte e sete votos a favor (dez da CDU, sete do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos à saudação seguinte, apresentada pelo Partido Socialista faz favor.”

Saudação PS “Ao 45º aniversário do SNS”

Tomou a palavra o **Sr. Carlos André Caetano da Silva**, para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

“Obrigado.

Está à discussão esta saudação, Joaquim Pires faz favor.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

Boa noite a todos e a todas.

Por parte da CDU, em relação a esta saudação, o meu sentido de voto é de estar de acordo. Embora eu ache que se poderia ir mais longe na argumentação, estou de acordo com o texto. No entanto, tenho uma proposta a fazer: como esta saudação é bastante transversal em várias áreas, proponho que sua origem também venha da Assembleia.

Esta é a minha proposta."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, portanto, era transformar a proposta do Partido Socialista na proposta da Assembleia.

Intervenções?

Tânia Ramos, faz favor, Bloco de Esquerda."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Olá, muito boa noite. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Quero também alinhar com as palavras do meu colega Joaquim e dizer que concordo com tudo o que foi referido. É realmente importante saudar este aniversário do SNS, não apenas hoje, mas todos os dias. A importância que ele tem é indiscutível, pois as estruturas vão se degradando e o que tem salvado o SNS são os seus profissionais e a dedicação que têm mostrado. Mesmo sem aumentos salariais ou sem ver suas regalias, eles têm feito sempre o seu melhor.

Precisamos reconhecer que esta ovação deve ser direcionada a esses profissionais, que garantem, dia após dia, que o Serviço Nacional de Saúde se mantenha de pé, prestando um serviço de qualidade e respeitando as bases para as quais foi criado.

É interessante que esta saudação venha da bancada do PS, considerando a degradação do Serviço Nacional de Saúde. O último governo de António Costa, entre 2015 e 2023, foi um governo PS, que se viu envolto em escândalos constantes: maternidades fechadas, departamentos encerrados, crianças e bebés nascendo em ambulâncias. Isso tudo foi amplamente coberto pela comunicação social e é uma realidade que conhecemos. Essa degradação do SNS também é culpa de quem governou nos últimos anos, e isso não pode ser ignorado.

Não podemos simplesmente vir aqui para saudar e afirmar que precisamos analisar os problemas, quando estamos falando de um governo que teve a oportunidade de fazer as reformas necessárias para que o SNS pudesse brilhar e receber o cuidado que merece.

No entanto, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta saudação, como é óbvio, devido ao seu conteúdo, e também solicito que seja remetida para a Assembleia da República.

Disse, Sr. Presidente. Muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Há mais alguma intervenção sobre esta proposta do Joaquim Pires.

Colin Marques, PPD/PSD, por favor."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

"Boa noite. Na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes.

O meu voto em relação à Saudação do '45º aniversário do Serviço Nacional de Saúde' será, obviamente, a favor. No entanto, acho curiosa a proposta que está a ser apresentada pelo PS, considerando a degradação visível que o Serviço Nacional de Saúde tem enfrentado. Desde 2015 até 2019, e até 2023, o apoio da CDU e do Bloco de Esquerda não pode ser esquecido.

Quando falamos nos aumentos de 5,6 mil milhões e no crescimento de mais de 150 mil profissionais, precisamos reconhecer que esse aumento não se traduziu em uma melhoria da qualidade do serviço, mas sim na redução da carga horária de 40 horas semanais para 35. Isso resultou na necessidade de contratar mais profissionais para colmatar essa ausência, sem mencionar a questão dos turnos, que também foram reduzidos.

É isso. Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Há mais alguma intervenção?

Luís Marques, do M CCP faz favor."

O Sr. Luis Marques do M CCP:

"Boa noite a todos. Cumprimento a mesa e todos os vereadores.

O M CCP também se junta, é claro, a esta saudação ao Serviço Nacional de Saúde e a tudo o que ele representa ao longo destes anos. A nossa votação será favorável, como é óbvio. No entanto, reitero que é um pouco caricato que essa proposta venha do PS, considerando que grande parte dos problemas atuais resultam da sua governação. Compartilho, portanto, a opinião dos restantes membros das outras bancadas.

De qualquer forma, precisamos olhar para a frente. O que está feito, está feito, e o importante agora é melhorar o que não está bem. Nisso, unimo-nos para agradecer a todos os profissionais de saúde e a todos os envolvidos na área da saúde, que tanto têm feito e que sempre buscam fazer o melhor possível.

Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Há mais alguma intervenção?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista, por favor."

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

"Obrigada Sr. Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento a mesa agora completa, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e os Srs. Vereadores, todos os membros da Assembleia e quem nos acompanha aqui presencialmente, assim como aqueles que nos assistem em casa.

Fico muito satisfeita em saber que temos a anuência de todas as bancadas para se associarem a esta saudação, o que demonstra a compreensão da importância do Serviço Nacional de Saúde.

Gostaria de deixar algumas notas. Primeiro, lembro que esta é uma saudação de quarenta e cinco anos, o que significa que a governação e os problemas que surgiram não foram apenas durante a governação do Partido Socialista. Quero também relembrar que, antes do governo do Partido Socialista cair, estava em curso uma reformulação no Serviço Nacional de Saúde que não conseguimos completar. Obviamente, havia melhorias a fazer; aliás, é uma das questões que referimos aqui na nossa saudação. De facto, ainda há problemas que

persistem no Serviço Nacional de Saúde e, portanto, estava a ser construído um conceito de melhorias e de melhoramentos que, certamente, o governo atual terá toda a oportunidade de pegar e resolver os problemas que nós, na altura, não conseguimos concretizar.

Quero também destacar que, não obstante as dificuldades ainda sentidas no Serviço Nacional de Saúde, é importante reforçar a relevância de especialidades que surgiram ainda no governo do Partido Socialista, como a psicologia, dentistas e outras especialidades muito importantes para o Serviço Nacional de Saúde. Estas são as notas que queria deixar. Não obstante os meus comentários e os comentários que ouvimos, folgo muito, como disse, e teremos todo o gosto que isto seja uma saudação conjunta.

Disse, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, obrigado.

Mais alguma intervenção?

Peço desculpa? Um rodapé, por favor.”

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Só rodapé, que também nos juntamos a que a saudação seja da Assembleia.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, obrigado.

Portanto, será uma saudação de toda a Assembleia.

Votamos.”

Submetida a Saudação a votação, foi o mesmo aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Passamos para a seguinte saudação “À Comunidade Educativa do Concelho de Palmela”, também do Partido Socialista.”

Saudação PS “À Comunidade Educativa do Concelho de Palmela”

Tomou a palavra a **Sra. Maria Clara dos Santos Félix**, para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Sobre a saudação à Comunidade Educativa do Concelho de Palmela, alguma intervenção?

Joaquim Pires, CDU faz favor.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Nós estamos perante um problema muito sério, como todos com certeza, reconhecemos: o problema da educação, o problema dos professores que não tem os seus problemas resolvidos e aquilo que é devido à educação, que tarda em chegar. Contudo, tendo em conta essas essas preocupações e esta saudação, entendo que há um conjunto de citações que realmente traduzem e dão a entender o que se está a passar, ou a conhecer melhor, aquilo que está a acontecer na saúde.

Sendo que a CDU também considera esta saudação e transversal e a muitas pessoas a muitos setores, e sendo transversal do nosso ponto de vista, aquilo que aqui está escrito, nós votaremos a favor desta saudação, sugerindo ou propondo que ela faça parte das deliberações ou da decisão desta Assembleia."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Não havendo pergunta à bancada do Partido Socialista se tem alguma objeção a esta proposta.

Não tendo, votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos para a saudação número quatro do Partido Socialista."

Saudação PS "Aos Atletas Paralímpicos Portugueses"

Tomou a palavra a **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha**, para apresentar a saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

"Sobre a saudação aos atletas paralímpicos portugueses alguma intervenção?

Joaquim Pires, faz favor."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Também para esta saudação, a CDU concorda com o texto e com o que aqui está dito. Temos uma proposta transversal novamente. Pode parecer exagero, mas não entendemos quem não se sentiu feliz ao ver os nossos atletas, com todas as suas limitações físicas e não só, a competir em provas dificílimas, trabalhando para conseguir, de forma feliz, as medalhas que trouxeram para Portugal e que fizeram erguer a nossa bandeira. Ouvir o hino nacional foi muito importante, foi muito emocionante. Por isso, consideramos que, sendo também transversal, propomos que esta saudação saia desta Assembleia."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Mais intervenções?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor.”

A Sra. Tânia Ramos:

“Obrigada. Parece um bocadinho repetitivo hoje, mas na realidade os temas também nos tocam a todos e seria impossível não nos revermos naquilo que a bancada do PS aqui traz relativamente a esta saudação. O Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta saudação e revê-se em todas as palavras e todos os parágrafos.

Juntamo-nos também no agradecimento e na saudação a todos aqueles que, apesar de todas as suas contrariedades, conseguem fazer este brilharete de levar a bandeira do nosso Portugal tão longe. Por isso, o nosso muito obrigada. Sugiro também que, se todas as outras bancadas concordarem, seja feita uma saudação global, por assim dizer, da Assembleia.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Alguma intervenção mais?

Partido Socialista não se opõe.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Nada a opor, antes pelo contrário Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Votamos por favor.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos à última saudação aos Bombeiros do Concelho de Palmela e aos Bombeiros Portugueses, também do Partido Socialista.”

Saudação PS “Bombeiros do Concelho de Palmela e Bombeiros Portugueses”

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares**, para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

“Estamos na saudação aos Bombeiros do Concelho de Palmela e Bombeiros Portugueses, intervenções?

António Mestre, faz favor CDU.”

O Sr. António Mestre da CDU:

"Sr. Presidente, na sua pessoa e na restante mesa, cumprimento todos os membros eleitos nesta Assembleia, assim como todo o público aqui presente e aqueles que em casa assistem a esta sessão.

Efetivamente, as propostas do Partido Socialista e a temática que nos trouxe aqui não podem ser mais abrangentes, como esta dos Bombeiros. Embora estejamos todos de acordo, é importante que essa coerência no acordo se manifeste também na Assembleia da República, naquilo que queremos para os nossos Bombeiros.

Quero recordar que, por proposta do PCP, está agendada para o dia nove de outubro uma sessão parlamentar sobre este tema, nomeadamente sobre a proposta de considerar a atividade dos Bombeiros uma profissão de desgaste rápido, o que permitiria antecipar o tempo de reforma destes profissionais e também criar melhores condições para o seu desempenho e proteção.

Como dizia há bocadinho o Joaquim Pires, esta deveria ser uma proposta da Assembleia com todo o agrado e estaremos todos de acordo. Mas é importante que, para além de sair desta Assembleia, também na Assembleia da República estas palavras de saudação se transformem em verdadeiros mecanismos de ajuda e valorização dos nossos profissionais que estão em risco todos os dias.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, muito obrigado.

Mais intervenções?

Tânia Ramos Bloco de Esquerda, faz favor."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Queria, de forma bastante breve, dizer que, obviamente, sim, estes Soldados da Paz são aqueles que nunca viram as costas às populações. Realmente, não basta apenas a nossa solidariedade; não basta só textos escritos, isso é insuficiente. As coisas têm de sair do papel. É preciso mais meios, é preciso renovar a frota dos Bombeiros das várias Corporações e capacitar estas Corporações com outras estruturas e tipos de apoio que se revejam na realidade. No momento em que precisam efetivamente, é fundamental que eles sintam o apoio.

O que temos ouvido é que as Corporações dos Bombeiros se sentem esquecidos e que, quando são necessários, nunca se esquecem dos outros. Por isso, não basta escrever, não basta a solidariedade; é preciso muito mais. Que possamos fazer chegar esta nossa solidariedade e que ela se traduza em meios, em capacitação e em mudanças na realidade que hoje configura as Corporações de Bombeiros de Portugal.

Iremos votar favoravelmente e revermo-nos totalmente naquilo que foi descrito aqui.

Disse, Sr. Presidente, muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PPD/PSD, faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os elementos da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, o distinto público que nos segue aqui e lá fora, a comunicação social e os técnicos da autarquia; a todos cumprimento de igual modo.

Referir que, obviamente, o PSD votará favoravelmente esta Saudação e tudo aquilo que ela significa, incluindo as vidas perdidas, não só dos Bombeiros, mas também recorro os elementos do GIPS – Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR, que morreram no acidente de helicóptero durante este verão.

É importante também mencionar que, de facto, há matérias que vão para além da saudação, e aqui subscrevo o que disse o António Mestre. Quero trazer à colação uma questão muito simples: muitas dessas associações de Bombeiros têm custos cada vez mais elevados com o pessoal, mas também enfrentam custos para o Estado originados pelo mesmo pessoal. O que queremos e defendemos, como por exemplo a subida do salário mínimo – agora chamada remuneração mínima garantida – traz um problema grave. É bom para os trabalhadores, mas ao aumentar cinquenta euros para um trabalhador, a carga paga para a Segurança Social e o próprio Estado também aumenta muito. Se não tivermos atenção a esta problemática, estamos a colocar cada vez mais pressão e mais problemas neste tipo de associações, ao contrário das empresas de capital, que têm como objetivo o lucro e que, aí sim, têm um aumento de custos, mas, aumentando as receitas, isso compensa.

Quem trabalha para o bem comum, para o bem público, e que muitas vezes recebe participações que pouco aumentam, sente este impacto, e isso também deveria ser assinalado.

Quanto a ser uma proposta da Assembleia, estou, obviamente, de acordo, caso o Partido Socialista assim o entenda.

Disse, muito obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção?

Ana Teresa Vicente, CDU faz favor.”

A Sra. Ana Teresa Vicente da CDU:

“Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento, como as demais, neste caso, os membros da mesa, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores, e todos os membros da Assembleia, além do público aqui presente, sobretudo quem nos acompanha em casa, e os técnicos da autarquia. Peço desculpa, são vários e a presença deles é muito importante.

Acho que, até à intervenção do Carlos Vitorino, não posso dizer que tínhamos aqui uma imagem bonita, mas tínhamos uma coerência discursiva que era muito importante e que devíamos manter. Obviamente, sabemos que temos posições diferentes, muitos de nós, os membros desta Assembleia, assim como em outros fóruns, mas considero tão infeliz, desculpe-me a expressão, que, a propósito do tema trazido nesta saudação, o Sr. Carlos Vitorino, um homem que conhece tão bem o trabalho e o papel dos bombeiros, tenha colocado a questão do aumento dos salários como uma dificuldade.

Isso deve fazê-lo refletir. Às vezes, não conseguimos expressar exatamente o que estamos a pensar, mas, honestamente, a questão que trouxe foi que o aumento dos salários tem custos que penalizam as associações.

Quero acrescentar que recentemente recebi o convite para integrar os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela, e de facto, acho que nenhuma direção ou órgão responsável pelos Bombeiros sentirá que aumentar as remunerações e dar melhores condições de vida possa ser uma ponderação que temos que fazer para viabilizar a vida das associações. Não pode, Sr. Membro da Assembleia e Srs. Municípios presentes, no dia em que não considerarmos que é absolutamente fundamental apoiar os bombeiros.

Estamos a falar de uma função importantíssima, e não devemos nem sequer falar do salário mínimo nacional. O que me preocupa, a propósito do tema, é que, além do que está na saudação, não estou a dizer que o Sr. Membro da Assembleia só pensa naquilo que disse, porque acredito que também pensará nas questões escritas na saudação, mas o seu sublinhado vai para um tema do qual eu me distancio completamente, e acredito que muitas outras pessoas nesta Assembleia sentirão a necessidade de se manifestar a respeito.

Obrigada, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Só um bocadinho.

Tânia Ramos, por favor."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer exatamente a mesma coisa. Acho um bocadinho difícil, especialmente depois da intervenção do Carlos Vitorino, que diz que concorda com a saudação, mas traz uma ideia que é terrível e arrepiante. Não percebi o que quis dizer ao afirmar que os Soldados da Paz e as Corporações de Bombeiros têm um intuito lucrativo. Ele queria dizer que os bombeiros têm de dar lucro? Não entendi, e não sei se ele vai explicar.

Ou o Carlos Vitorino consegue desdobrar melhor o que tentou dizer sobre o mais cinquenta euros que pesariam na conta da Associação? Não lhe faz impressão pensar que esse cinquenta euros ajudariam um bombeiro a comprar comida ou a pagar uma conta da luz? É sempre a mesma conversa: é o empregador e o patrão que sofrem. É uma pena, porque isso fica pesado nas contas da empresa.

O Bloco de Esquerda distancia-se completamente desse discurso e revê-se, sim, na saudação, neste caso, na saudação apresentada pelo PS. Já o tinha dito anteriormente, mas queria salientar a minha posição em relação ao comentário do colega Carlos Vitorino.

Disse, Sr. Presidente, muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino, é a última intervenção sobre esta matéria e depois vamos focar-nos na saudação se faz favor.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, quando as pessoas não percebem e fazem as acusações do costume, em vez de tentarem compreender o que foi dito, a situação torna-se complicada. O que eu disse foi que, ao contrário de uma empresa que procura o lucro, uma associação sem fins lucrativos não procura o lucro; procura prestar o seu serviço. E o que eu não disse foi que é mau aumentar os salários dos bombeiros. É óbvio que é bom e positivo para todos os que trabalham nos bombeiros.

O que eu afirmei é que, além do custo do aumento efetivo, acresce um custo, nomeadamente em termos de prestações sociais, que, se não for compensado pelo Estado — e deverá sê-lo — tornará esse aumento ainda maior. Porquê? Porque sobre os cinquenta euros haverá um aumento de trinta por cento na TSU – Taxa Social Única, por exemplo. Portanto, foi isso que eu disse. Se entenderam de outra forma, posso explicar.

Agora, obviamente, fazer um bicho de sete cabeças, dizendo que eu disse algo que não intencionava, não é justo. Todos nós gostaríamos de aumentar os salários, mas esse problema existe. Se não olharmos para ele, pode criar dificuldades. O Estado tem de olhar para essa questão, e foi isso que eu quis dizer. Não foi o que, claramente, pensaram, porque se eu não defendesse um aumento dos salários, então nem sequer estaria a cumprir as funções que exerço, como é óbvio.

Agora, nas minhas empresas, sei de onde vem o dinheiro. Em organizações e associações sem fins lucrativos, o Estado tem de compensar. É fundamental que a questão da mão de obra intensiva e do trabalho intensivo seja colocada na agenda.

Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Carlos Vitorino, essa é a agenda do trabalho digno e, portanto, não é claramente o motivo da nossa saudação de hoje. Permitam-me..."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Foi só para explicar."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado. Ficamos esclarecidos genericamente sobre aquilo que tem em mente.

Patrícia Caixinha, há esta proposta de transversalidade, e, portanto, deixo à sua consideração também essa perspetiva."

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

"Obrigada Sr. Presidente.

Não desvirtuando a intenção desta bancada de fazermos uma saudação de facto, acolhemos a ideia se ser transversal à Assembleia Municipal e, portanto, às restantes bancadas."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, vamos votar então a saudação aos Bombeiros do Concelho de Palmela e Bombeiros Portugueses."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao último documento deste período de antes da Ordem do Dia, é um Voto de Pesar a Sérgio Pavão, apresentado também pelo Partido Socialista. Faça favor."

Voto de Pesar PS "Sérgio Pavão"

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares**, para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).**

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção sobre este voto de pesar?

Ana Vicente, faz favor CDU."

A Sra. Ana Tersi Vicente da CDU:

"Obrigada Sr. Presidente.

Particularmente, eu não sabia que o Sérgio Pavão tinha falecido, mas gostaria de dizer que, em nome da bancada da CDU, nos associamos a este voto e gostaríamos de o subscrever. A Câmara fez um voto, e soube disso hoje, aqui há pouco. Portanto, gostaríamos de nos associar a este Voto de Pesar.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Votamos o Voto de Pesar.”

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“São vinte e uma horas e quarenta e dois minutos. Temos três minutos ainda de Período de Antes da Ordem do Dia, e, portanto, peço às bancadas se há alguma intervenção para fazer neste período.

Colin Marques PPD/PSD faz favor.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

Novamente, já que estamos aqui na Quinta do Anjo e é suposto ser esse o objetivo das reuniões descentralizadas, gostaria de trazer algumas questões sobre a Quinta do Anjo para que o executivo tentasse nos ajudar a compreender o que se passa.

Desde 2021, foi apresentada, até pelo eleito do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Anjo, e aprovada por maioria, uma moção que visava a construção de um polidesportivo e de uma piscina aqui na freguesia. O que desconheço é a resposta que essa moção recebeu na Câmara Municipal, e aproveito a oportunidade para esclarecer isso.

Relativamente ao Teatro São Gonçalo, que foi adquirido há alguns anos e continua fechado, qual é a ideia ou o projeto? O que se vai fazer com ele? Até quando continuará em estado de degradação?

Outra questão diz respeito às trotinetes e bicicletas, que praticamente desapareceram. É a perceção que tenho, pois vejo muito poucas. Pergunto se não existe um número mínimo de equipamentos que deveria existir por habitante ou por freguesia, porque, comparativamente com a Vila de Palmela, parece haver muito menos trotinetes aqui na Quinta do Anjo, na aldeia, assim como em Cabanas ou no Bairro Alentejano.

Por fim, já me excedendo um pouco, recordei uma conversa informal em julho de 2021, quando foi apresentada com grande pompa e circunstância a Variante da Península de Setúbal, que passaria por Palmela. Lembro-me das festividades, até com um concerto na Igreja de Santiago. Já estamos em 2024, e gostaria de saber em que ponto está a sinalização de percursos e a divulgação dessa nova oferta do Caminho Central Português que passa por Palmela.

Obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada Sr. Presidente.

Tenho algumas questões relativamente à Quinta do Anjo. Em primeiro lugar, sobre o Centro de Saúde da Quinta do Anjo: quais são as datas e os avanços? O que se sabe sobre isso? Se o Sr. Presidente nos puder dar conhecimento, seria ótimo.

Depois, gostaria de pedir um reforço nas passeiras em Cabanas e na Quinta do Anjo, para que voltem a ser pintadas. Inicíamos o período escolar, e as crianças utilizam os transportes públicos, precisando de passar nas passeiras. É fundamental que sejam visíveis para os automobilistas, e isso não está a acontecer.

Relativamente ao Palmela Village, em que situação nos encontramos? Sabemos que foi cancelado o título de Aldeamento Turístico, mas a gestão também foi suspensa, pois a Ravina do Tempo não pode gerir o Aldeamento, já que deixou de ser considerado um. As associações têm tentado aceder às contas para verificar se existe algum tipo de dinheiro, já que o Aldeamento continua a funcionar. Existem garagens subterrâneas, e não se sabe até quando a luz estará paga ou será desligada. A Ravina do Tempo não disponibiliza essas contas, e isso gera preocupações nos moradores. Até que dia terão luz para estacionar nas suas garagens, especialmente no "z6", que tem lugares de garagem com acesso através de um portão que funciona com eletricidade.

Por fim, em relação ao Palmela Village, gostaria de solicitar um reforço dos caixotes de lixo, pois não são suficientes. Continua a haver lixo espalhado em zonas com apenas três ou quatro caixotes. Seria importante fazer um levantamento dessa necessidade para incluir mais caixotes, evitando que as pessoas deixem o seu lixo doméstico e outros artigos nos passeios e nas estradas.

Disse, Sr. Presidente. Muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção mais neste período? Não?

Então, vamos encerrar as inscrições deste período, Sr. Presidente da Câmara, se faz favor."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Boa noite a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, os membros da mesa, os Srs. Vereadores, os Srs. membros da Assembleia, os munícipes e trabalhadores do município, assim como a comunicação social e todos que nos acompanham online.

Agradeço pelas questões levantadas.

Em relação à proposta do polidesportivo e piscina, é uma deliberação legítima da Assembleia. No entanto, quero esclarecer que tanto o polidesportivo quanto a piscina não estão contemplados no nosso programa de mandato, e essa foi a resposta dada.

Sobre o Cine Teatro de São Gonçalo, realizamos um levantamento e um estudo preliminar, e teremos mais uma reunião com a Junta de Freguesia e os nossos técnicos para elaborar o estudo prévio. É importante ressaltar que o nosso compromisso político não é executar a requalificação da obra, pois não está no nosso plano de mandato. A aquisição do imóvel foi feita por ser de interesse municipal, evitando que se tornasse uma unidade comercial, como estava inicialmente previsto. Esperamos apresentar o estudo prévio na semana de Freguesia de Quinta do Anjo no próximo ano.

Sobre as trotinetas da "Bolt", a situação tem evoluído em várias freguesias, incluindo a Quinta do Anjo. Inicialmente, houve uma retirada devido a questões de vandalismo e ao não cumprimento das zonas de estacionamento. Embora as áreas de estacionamento não tenham uma identificação física, elas estão definidas nas aplicações.

Com a empresa, realizamos um redimensionamento da rede, resultando em um aumento de bicicletas elétricas em comparação com as trotinetas, o que pode ter contribuído para a sensação de que há menos. Anteriormente, as trotinetas estavam espalhadas, criando problemas de circulação e acessibilidade.

Atualmente, estamos abertos a reivindicações de freguesias sobre a necessidade de mais trotinetas em locais específicos. O Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética está disponível para avaliar essas solicitações. Embora não façamos publicidade direta a esse serviço, estamos comprometidos em garantir que a micromobilidade seja uma opção viável para os munícipes.

Sobre a Variante do Caminho de Santiago, a apresentação ocorreu no dia 25 de julho, e lamento não ter podido estar presente. A sinalização e a marcação dos percursos dependem da articulação com outros municípios, pois isso é parte de uma rede que se estende até Alcácer do Sal. Estamos trabalhando na promoção do caminho, incluindo a elaboração de flyers e materiais informativos. A divulgação está em andamento, mas não posso confirmar a visibilidade atual da sinalética.

Em relação ao Centro de Saúde da Quinta do Anjo, o projeto está praticamente concluído, embora tenhamos enfrentado algumas dificuldades devido à extinção da Administração Regional de Saúde, que agora não solicita mais alterações. O custo da obra subiu de 2,5 milhões para 2,8 milhões de euros, e temos tentado nos reunir com a Sra. Ministra da Saúde para resolver essa situação. Estamos à espera de um acordo formal para lançar o concurso.

Sobre o Quartel da GNR do Poceirão, também enfrentamos um problema semelhante com a validação de um contrato que impede o avanço da adjudicação. Já adjudicamos a obra, mas estamos à espera da validação ministerial, o que tem causado preocupação, pois a empresa não pode esperar indefinidamente para dar início aos trabalhos.

Relativamente ao Centro de Saúde, estamos preparados para lançar o procedimento, mas aguardamos a validação do valor da obra. Já aprovamos uma programação plurianual que inclui esse aumento, mas é necessário ter o acordo da tutela para avançar.

Sobre as passadeiras, houve um reforço na pintura, mas devido ao grande número de passadeiras no concelho, nem todas podem ser pintadas de imediato. O desgaste causado pelo tráfego e as condições climáticas afetam a visibilidade, e priorizaremos as passadeiras próximas de escolas e equipamentos coletivos.

Quanto ao Palmela Village, estamos aguardando a conclusão da discussão pública do PDM para regularizar urbanisticamente os espaços. As questões internas de gestão do condomínio são de responsabilidade dos proprietários, e a autarquia não intervirá diretamente nesse processo. Contudo, já temos protocolos para a gestão de algumas partes comuns, como o fornecimento de água e o tratamento de resíduos.

Em relação à limpeza dos lotes e problemas de manutenção, estamos a identificar proprietários para notificar e, se necessário, intervir em casos de risco. Estamos monitorizando a situação e já fizemos algumas intervenções em lotes privados.

Sobre os contentores de lixo, estamos a manter o mesmo sistema existente e a monitorizar a necessidade de mais contentores nas áreas do Palmela Village. A gestão do lixo foi inicialmente projetada para ser privada, e agora estamos a adequar a situação à realidade atual, garantindo que os proprietários paguem pelos serviços de forma justa.

Se houver mais alguma questão ou se precisar de esclarecimentos adicionais, estou à disposição.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Agora que concluímos o período de antes da ordem do dia, coloco à consideração e à votação as atas que foram distribuídas: a ata número vinte e quatro, a ata número vinte e cinco e a ata número vinte seis, teremos que votar cada uma separadamente.

Lembro que disponibilizamos um prazo de cerca de quatro dias para que possam enviar ao secretariado da Assembleia quaisquer notas ou retificações menores que considerem necessárias.

Há alguma intervenção sobre as atas?

Votamos.”

A Ata número vinte e quatro, de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número vinte e cinco, de vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número vinte e seis, de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Queria agradecer, pois penso que não o fiz no início, a presença dos Jornalistas que estão agora quase de saída. Agradecer muito a sua presença. Como não tenho a certeza se já o fiz ou não, mesmo que tenha feito duas vezes, é sempre bem feito. Vamos então passar adiante. Sim? força.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“É só para informar que, o caminho já está definido. No entanto, falta que a associação, que penso que se chama assim, faça o trabalho de campo para a marcação do percurso. Este é o ponto de situação exato do processo.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Passamos à ordem de trabalhos e temos nove pontos. O primeiro ponto é informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal, portanto passo-lhe a palavra.”

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente de Câmara:

“A exemplo dos anos anteriores, os meses em apreço no presente relatório correspondem ao momento mais alto do calendário festivo do Concelho. Por iniciativa municipal, das Freguesias, do movimento associativo ou de agentes culturais, económicos ou turísticos, multiplicaram-se os eventos, que congregaram muitos milhares de munícipes e visitantes. O espaço público foi palco de excelência destas concretizações, que exigiram do Município e, transversalmente, das suas equipas um esforço acrescido na resposta às necessidades financeiras,

técnicas e logísticas, assumindo-se a Autarquia, além de promotora e programadora, como parceira de primeira linha na concretização destas propostas.

O período foi, igualmente, marcado pela realização de quatro reuniões públicas de apresentação da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela e pela abertura, a 5 de julho, do período de Discussão Pública, que se prolongou até 6 de setembro, com elevada participação e a realização de muitos atendimentos técnicos. A chegada a esta fase representa o culminar de um longo e complexo processo de construção deste documento de gestão territorial e concertação com todas as entidades que integram a Comissão Consultiva.

Como já sublinhado no relatório anterior, a realização das Eleições para o Parlamento Europeu 2024 foi particularmente desafiante, pelas novidades introduzidas, nomeadamente, a desmaterialização dos Cadernos Eleitorais. É de relevar a realização, a 1 de junho, de uma ação de formação para membros das secções de voto e Técnicas/os de Apoio Informático (TAI), o voto antecipado em mobilidade, com cinco secções de voto a funcionar na Escola Básica Hermenegildo Capelo, em Palmela, e o funcionamento de 74 mesas de voto, no dia 9 de junho, em todas as freguesias do Concelho, com forte envolvimento das equipas municipais e a participação de 444 munícipes.

A 31 de agosto, encontravam-se a tramitar 23 procedimentos concursais para reforço das equipas de diversas áreas funcionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, bem como para cargos dirigentes. Destaca-se o desenvolvimento de procedimentos para colocação de assistentes operacionais nas escolas, para substituição em caso de ausências prolongadas. O Município continuou, entretanto, a publicitar várias ofertas na Bolsa de Emprego Público para admissão em regime de mobilidade na categoria.

Além de formação genérica, adequada às atribuições e competências da Administração Local, o Município tem procurado construir propostas à medida de necessidades específicas dos diferentes setores, sendo de destacar, no período da pausa letiva, duas formações dedicadas ao pessoal não docente das escolas - "Necessidades Educativas Especiais – Espetro do Autismo" (desenvolvida em parceria com as escolas) e "Estratégias de Relacionamento Interpessoal". Destacam-se, também, as ações de *Team Building* para Chefias Intermédias e de manuseamento de motorroçadoras e motosserras.

Ao nível da Segurança, a prevenção e preparação para enfrentar a época de fogos rurais exigiu permanente atenção e articulação interna dos serviços, bem como de todos os agentes da Proteção Civil. O Plano Operacional Municipal de Palmela 2024 foi atualizado, em linha com o Plano Operacional Sub-Regional da Península de Setúbal DECIR 2024. Dando sequência ao objetivo de implementação do programa "Aldeia Segura – Pessoas Seguras" na zona de Aires, em colaboração com os Bombeiros de Palmela, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a GNR e a Junta de Freguesia de Palmela, realizou-se um simulacro, em contexto de incêndio rural, com a evacuação das/os residentes da Quinta da Glória, Quinta das Asseadas e Quinta da Asseca para os locais de abrigo pré-identificados. Mantiveram-se as ações de avaliação e destruição de ninhos de Vespa Asiática.

O ciclo Semanas das Freguesias 2024 terminou em junho, com a Semana dedicada à Marateca, que apresentou um programa diversificado, de contacto com a população e gestão participada, com destaque para a Mostra de Projetos. No âmbito do projeto "Eu Participo!" Munícipes, tendo terminado o período de apresentação de propostas, procedeu-se ao seu registo, num total de 435, a fim de preparar o período de votação, atualmente em curso. A renovação do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação/Nova Geração, com a CIG, foi aprovada pela Câmara Municipal, de forma unânime. Aproveitando a pausa letiva, o projeto "Conheces a tua organização?" propôs visitas aos diversos serviços municipais e a outras escolas, para pessoal não docente das escolas do Concelho.

No que respeita, concretamente, à Educação, este período compreende toda a preparação do novo ano letivo e da entrada em rede de uma nova sala de educação pré-escolar na EB Cabanas e de duas salas do 1.º ciclo, em concreto, na EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) e na EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Concluída a reabilitação estrutural da EB Palhota, regista-se a adjudicação da substituição da cobertura do Jardim-de-Infância n.º 1 de Olhos de Água e da requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), bem como a concretização de um vasto conjunto de intervenções no parque escolar, incluindo a beneficiação do logradouro da EB Aires. Neste período, foi deliberada e operacionalizada a decisão de atribuir, uma vez mais, os cadernos de atividades - medida que abrange 2.490 alunas/os do 1.º ciclo e 1.254 do 2.º - e, até 31 de

julho, foram garantidas as refeições para beneficiárias/os de Ação Social Escolar (escalões A e B), num total superior a 2.100 refeições. O Município aprovou, também, a atribuição de um apoio financeiro às IPSS com salas de educação pré-escolar, para apoio na aquisição de material didático.

Ainda no campo educativo, a Operação Integrada Local (OIL) Poceirão Marateca está a facilitar um trabalho muito rico neste território TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária). Realça-se a conclusão da ação de formação em metodologia *S.T.E.A.M.* (para aprofundar o trabalho com recurso ao laboratório *S.T.E.A.M.* inaugurado no início do ano, na EBS José Saramago) pela Fábrica Centro Ciência Viva/Universidade de Aveiro, com a participação de 18 docentes do Agrupamento, e da ação de capacitação "Comunidade de Prática em Inteligência Artificial na Educação", para 20 docentes dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, entre outras ações de capacitação e promoção do sucesso educativo, reforçando a ligação à comunidade, o sentido de identidade e pertença e a aquisição de novas competências e experiências. O Laboratório Ambiental e a Mini-Adega da escola encontravam-se em fase de finalização e aquisição de equipamentos e materiais.

Dando continuidade ao trabalho já referido no período anterior, foi assegurado, por administração direta, um importante conjunto de reparações em edifícios municipais, sendo de sublinhar a particular atenção aos edifícios das unidades e extensões de saúde.

A Unidade Móvel de Saúde é uma presença cada vez mais reconhecida e procurada pela comunidade, em particular, nas áreas mais dispersas. Nos meses em apreço, foram desenvolvidas 10 ações de literacia em saúde, promoção de estilos de vida saudáveis e prestação de cuidados de saúde de proximidade, abrangendo 278 pessoas. A 23 de julho, teve início mais um rastreio do cancro da mama, que percorreu todas as Freguesias do Concelho até 24 de setembro, em parceria com o Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Internamente, foram divulgados três novos *podcasts* e realizou-se uma ação de sensibilização, no âmbito do "Calendário dos Afetos", e foi dinamizado um questionário de base para o estudo sobre as causas do absentismo no Município, que pretende identificar a prevalência de ausências ao trabalho, resultantes de problemas de saúde psicológica.

A segunda distribuição deste ano do Cabaz Solidário Saudável, que complementa os bens atribuídos pelo Banco Alimentar Contra a Fome com um significativo cabaz de frescos, à base, maioritariamente, de carne de aves, abrangeu 180 famílias, num total de 542 munícipes. Neste período, assinala-se, também, a celebração do protocolo de parceria para implementação e acompanhamento do Núcleo Local da Garantia para a Infância de Palmela, bem como a aprovação de uma adenda ao Contrato de Comodato com a Inovar Autismo, com extensão da sua vigência de cinco para 20 anos, e de um aditamento à cedência de um terreno na Quinta do Padre Nabeto à Santa Casa da Misericórdia de Palmela, para aumento da área onde esta IPSS irá implementar uma importante resposta social para pessoas idosas. Sublinha-se, ainda, a adjudicação de obras de requalificação no Centro Social de Lagameças (Casa do Povo de Palmela) e no Jardim-de-Infância "A Cegonha" (Centro Social de Palmela), enquadradas pela OIL Poceirão Marateca.

No que respeita aos objetivos definidos pela Estratégia Local de Habitação, avançaram estudos prévios e projetos relativos à construção de vários edifícios no Concelho, bem como múltiplas empreitadas de reabilitação de imóveis adquiridos. Até ao final de agosto, haviam sido constituídos 263 processos de candidatura e, nos meses em apreço, foram atribuídas mais sete habitações em regime de arrendamento apoiado, no total de 28.

O Município adjudicou o projeto de requalificação de arruamentos no Centro Histórico de Palmela, integrando soluções de acessibilidade, circulação pedonal e automóvel e requalificação de infraestruturas. Dando sequência ao processo de identificação de prédios causadores de risco, concluiu-se o diagnóstico, que aponta para 36 prédios em situação mais grave. Este processo, com notificação às/aos proprietárias/as, tem sido motor de uma nova dinâmica neste núcleo mais antigo da vila, registando-se muitas obras de conservação em curso, a reabilitação integral de nove edifícios e a colocação de imóveis no mercado.

Concluiu-se a empreitada de "Sistemas de drenagem de águas residuais – ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais – execução de prolongamentos e ramais domiciliários em diversos locais do Concelho", bem como a empreitada de infraestruturação da Rua da Holanda (Vale de Touros) 2.ª fase. Em adjudicação ou concurso, encontravam-se várias outras intervenções que concorrem, em particular, para cumprir o objetivo de infraestruturação faseada da zona da Lagoinha. Nas águas de abastecimento, está concluída a ligação dos novos furos de captação da Fonte da Vaca (Pinhal Novo) ao reservatório com o mesmo nome e deu-se início à execução de um furo em Fernando Pó.

A Autarquia concluiu a pavimentação da Rua Francisco Romão, na Agualva, e as empreitadas de calçadas e de sinalização horizontal em vias municipais 2024, e iniciou a pavimentação da Rua dos Alegrias, em Pinhal Novo. Deu-se, entretanto, continuidade à limpeza e desmatagem intensiva de lotes municipais e de zonas envolventes a monumentos, sítios arqueológicos, escolas desativadas, locais de captação, tratamento ou elevação de águas de abastecimento ou residuais, entre outros. O projeto para o arranjo paisagístico da Avenida dos Bombeiros Voluntários, em Palmela, foi adjudicado.

O Dia Mundial do Ambiente foi assinalado com a comunidade e contemplou, entre outras atividades, caminhadas, instalação de caixas-ninho em áreas onde alunas/os das nossas escolas já haviam plantado espécies autóctones, a formação "Hortas Urbanas" e a entrega das 14 parcelas correspondentes à ampliação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo. Destaque para o início, a 5 de junho, de mais uma ação de limpeza de resíduos abandonados na freguesia da Quinta do Anjo, em parceria com a Brigada do Mar, que se prolongou ao longo de todo o verão. A 25 de junho, aconteceu a última circulação do ano letivo do comboio de bicicletas "CicloExpresso" para a EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Para assinalar o momento, as crianças pintaram parcialmente a rua de acesso para alertar as/os automobilistas da aproximação a uma escola.

No âmbito da OIL, procedeu-se à esterilização e devolução de 68 felídeos das colónias de Poceirão e Marateca e, já no campo do património, à abertura do concurso para o projeto de reabilitação das ruínas da Igreja de S. Pedro da Marateca.

Coincidindo com as férias de verão, o trabalho de animação e serviço educativo das áreas do Património e da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas registou forte atividade, junto de públicos muito diversos, com visitas guiadas, ocupação de tempos livres, promoção do património local, entre outras. Destaque para mais uma edição das "Férias a Crescer", desta feita, inspiradas no legado da civilização romana nesta região. De igual modo, a primeira Semana Gastronómica "À mesa com os romanos", integrada no Projeto Lisboa Romana – *Felicitas Iulia Olisipo*, deu a provar ingredientes e receitas romanas em vários restaurantes do Concelho de Palmela e de outros territórios da Área Metropolitana de Lisboa. Entre as exposições e encontros com escritoras/es, sublinha-se mais uma conversa literária "365 Dias de Romance", com o escritor brasileiro Rafael Gallo, e o lançamento do livro "Abril, nome de mulher: 50 anos, 50 mulheres, 50 testemunhos", que reúne, precisamente, os testemunhos de 50 mulheres do Concelho, numa iniciativa integrada no programa comemorativo "Abril para já!", coordenada por Alexandrina Pereira. Durante este período, assegurou-se, ainda, a criação e o tratamento do Fundo "25 de Abril", a disponibilizar na Biblioteca de Palmela.

Como já referido, este verão cultural foi vivido na rua, com grande intensidade, multiplicando-se as festas e eventos populares (Festas Populares de Pinhal Novo, Festas de S. Pedro da Marateca, Festas em Honra de Nossa Senhora da Escudeira, entre outras), as marchas e muitas outras iniciativas do movimento associativo, como os festivais de folclore, os aniversários, as festas de verão ou os espetáculos. O *Palmela Wine Jazz* voltou a conjugar os universos da música e do vinho num evento com um programa de qualidade, que continua a despertar enorme interesse. Ainda em agosto, iniciou-se a Festa das Vindimas, principal cartaz do Concelho, que abriu com a Eleição da nova Rainha das Vindimas, numa gala realizada no Cine-Teatro S. João. Os diversos equipamentos culturais continuaram a acolher iniciativas das associações e agentes locais e nacionais ou a ser palco de programação própria do Município, concorrendo para uma oferta muito rica e diversificada. A decorrer uma empreitada de eficiência energética no Centro Cultural de Poceirão e o projeto de execução da zona desportiva multiusos do Centro de Recursos para a Juventude de Quinta do Anjo.

O Município viu renovado o Certificado de Município Amigo da Juventude e o Selo de 4 estrelas, atribuídos pela Federação Nacional das Associações Juvenis. Entre 1 e 26 de julho, o programa "Jovens no Verão" proporcionou a 140 jovens um pacote muito interessante de atividades gratuitas de animação de tempos livres. O Festival Juventude, numa iniciativa da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, decorreu, este ano, no Seixal, com forte envolvimento do Município de Palmela, das suas associações juvenis e de artistas locais. O Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, foi comemorado no Centro de Recursos para a Juventude de Quinta do Anjo, com o apoio da Inspira#Atitude.

Na área desportiva, além da inauguração dos Campos de Padel de Pinhal Novo, no complexo das Piscinas Municipais, regista-se a assinatura do protocolo de cooperação com a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, relativo à gestão do Polidesportivo 25 de Abril (Pinhal Novo) e um largo número de provas desportivas e eventos de promoção da saúde e do bem-estar. Destaca-se a elevada atratividade da *Pinhal Novo*

Night Run, com perto de um milhar de participantes, a 8.ª Festa do Desporto e da Saúde, em formato descentralizado, e a Taça de Honra do Concelho de Palmela, que reuniu todas as equipas seniores do Concelho participantes nos campeonatos das 1.ª e 2.ª Divisões Distritais.

A 4.ª Mostra Gastronómica Literária “Pela Boca Entra a Literatura” conjugou, uma vez mais, a gastronomia e as referências literárias, com especial referência para a sessão “365 Dias de Romance com... Pão e Vinho” e o *show cooking* de sobremesas literárias a partir de uma pesquisa da *chef* Marta Nunes, Madrinha do programa “Palmela, Experiências com Sabor”. A propósito das comemorações do Dia de Santiago, o Município desenvolveu, entre julho e agosto, um programa cultural no Castelo de Palmela, que teve início com a apresentação pública do traçado do Caminho de Santiago – variante da Península de Setúbal, que integra, naturalmente, o Concelho de Palmela. A Feira Comercial e Agrícola do Poceirão voltou a evidenciar a vocação agrícola do nosso território e foi palco da apresentação do projeto “Comida em Casa – Pequenos Negócios Familiares”, integrado na OIL Poceirão Marateca. Neste período, é de salientar, ainda, a entrega do dossiê de candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera da Unesco ao comité *MaB* (*Man and Biosphere*) Portugal.

Na prossecução dos objetivos definidos no nosso Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento, promotor de Paz e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, concretizou-se, em junho, uma ação de formação de pintura em cerâmica no Município de S. Filipe (Ilha do Fogo – Cabo Verde) para 30 formandas/os, ministrada pela ADREPAL, e, através da Missão “Mar Aberto”, da Marinha Portuguesa, chegou a este território insular mais uma doação do Município de Palmela, composta por 100 luminárias e mobiliário para uma sala de pré-escolar. A propósito da presença de delegações estrangeiras na inauguração oficial da Festa das Vindimas, realizaram-se visitas e reuniões de trabalho com os municípios de S. Filipe e da Praia (Cabo Verde) e de Jávea (Espanha), que permitiram atualizar os termos dos respetivos acordos em vigor e dar um novo impulso às relações institucionais e de amizade com estes territórios.

Disse Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para reforçar que, de facto, quando o Sr. Presidente lê e comenta, o tempo é sempre duplicado.

Caríssimos, estamos à disposição e à espera dos vossos comentários sobre a atividade desenvolvida no município entre um de junho e trinta e um de agosto, não há intervenções?

Há? então se há não podem adormecer.”

A Sra. Patricia Caixinha:

“Peço desculpa, não foi adormecer Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Faz favor, Patrícia Caixinha PS.”

A Sra. Patricia Caixinha:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permitir, gostaria de colocar algumas questões em relação à Atividade Municipal. Na página 20 do documento enviado, é mencionado o processo de estágios curriculares. Gostaria de saber qual é o nível de formação das pessoas estagiárias, quantas estão integradas na autarquia e que tipos de apoios são concedidos, especialmente em termos de transporte e alimentação.

Na página 31, gostaria de saudar a elaboração da nova Carta Educativa, especialmente a colaboração com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. É crucial que os autarcas e todos os interessados tenham acesso a

informações de qualidade para poderem fazer análises e propostas coerentes que respondam aos desafios atuais das escolas e necessidades do município no domínio da educação. Esperamos que este documento seja concluído em breve.

Por último, sobre os Campos de Padel em Pinhal Novo, que têm crescido em popularidade, pergunto se há planos para cobri-los, considerando que com a chegada da chuva e do calor intenso, esses espaços podem acabar por ficar desaproveitados. Seria uma pena, pois ter essa modalidade na freguesia é um aspeto muito positivo. Obrigado, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Patrícia Valente, Partido Socialista faz favor.”

A Sra. Patricia Valente do PS:

“Muito boa noite a todos.

Gostaria de fazer algumas questões e reforços. Primeiro, sobre o Conselho Municipal de Juventude: não houve reunião recentemente. Existe alguma previsão para que isso aconteça?

Além disso, seria importante reforçar o programa de alimentação escolar, especialmente o apoio alimentar, abrangendo mais alunos, incluindo os do ensino secundário, além do que já é oferecido.

Sobre as oportunidades de estágio e formação mencionadas na página 89, gostaria de saber se existem incentivos para captar voluntários e quais são as motivações para isso. Existe algum apoio ou motivação específica para os voluntários?

É só, obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não há mais inscrições fechamos este ponto.

Sr. Presidente faz favor.”

O Sr. Presidente de Câmara:

Obrigado.

Em relação aos estágios curriculares, não tenho todos os detalhes aqui, mas posso informar que geralmente temos estagiários do ensino secundário, especialmente da Escola Secundária de Palmela, focando em cursos técnicos e profissionais. Para mais informações específicas, como nível de formação ou número exato de estagiários, podemos fornecer esses dados por escrito, caso necessário.

Sobre os Campos de Padel, a decisão de investimento partiu do município, e a gestão dos equipamentos foi transferida para a Palmela Desporto. O objetivo é que a empresa consiga rentabilizar esses campos e encontrar fontes de financiamento, dado que há um aumento nos encargos operacionais devido à gestão de mais equipamentos. A intenção é que, a longo prazo, a Palmela Desporto possa investir na cobertura dos campos.

Ainda sobre os estágios, estamos em processo de aprovação de um regulamento, que ainda não foi enviado à Assembleia. Assim que estiver disponível, poderemos discutir os detalhes e o impacto desse regulamento.

Se houver mais questões, estou à disposição.”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Senhor Presidente vamos recentrar-nos faz favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Obrigado pela oportunidade de esclarecer.

Quanto ao regulamento dos estágios, sim, certamente iremos revisá-lo e discutir os direitos e deveres dos formandos quando estiver disponível.

Sobre o Conselho Municipal de Juventude, vamos agendar as reuniões que faltam, garantindo que cumpre-mos os quatro encontros obrigatórios até ao final do ano.

Em relação ao reforço alimentar, a medida tem funcionado bem no pré-escolar e no primeiro ciclo. Atualmente, não temos identificado uma necessidade de expansão para outros ciclos. Estamos atentos a qualquer sinalização de carências, e é importante que as famílias se comuniquem connosco se houver preocupações relacionadas à alimentação nas escolas. Reforçamos que não admitimos que alguém passe fome no concelho e estamos abertos a sugestões para diversificar a oferta de alimentos, conforme necessário.

Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Muito bem, passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos a informação não é votada como sabem.

Sr. Presidente faz favor."

PONTO DOIS – Pedido de autorização prévia dos investimentos a financiar por empréstimo bancário de médio e longo prazo

O Sr. Presidente da Câmara:

"Considerando que:

- a) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determina, no n.º 2 do art.º 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;
- b) É intenção do Município contratualizar um empréstimo de longo prazo, no montante de 2.560.000,00€ (dois milhões, quinhentos e sessenta mil euros), para financiar um conjunto de investimentos que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do orçamento do exercício;

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprove para submissão a discussão e autorização da Assembleia Municipal, a lista de investimentos a financiar por empréstimo de médio e longo prazo, constantes do quadro seguinte:

Designação	Valor Empréstimo
1. Pavimentação da EM 533, troço Palmela - Lau	770.000,00€
2. Centro de Investigação do Património Cultural – Antigo Edifício GNR	200.000,00 €
3. Arranjo Paisagístico – Largo do Chafariz D. Maria I	150.000,00 €
4. Pista Simplificada de Atletismo – Pinhal Novo	660.000,00 €
5. Espaço Skate CRJ Quinta do Anjo	300.000,00 €
6. Requalificação da Praceta Antero de Quental	230.000,00 €
7. Pavimentação da Rua dos Marinheiros – Brejos do Assa	250.000,00 €
TOTAL	2.560.000,00 €

Peço que a proposta fique obviamente transcrita na íntegra para a ata. Considero que há um conjunto de investimentos que garantem que conseguirei lançar e concretizar, além de serem compromissos de mandato. Alguns decorrem de obras que, infelizmente, ficaram por concluir devido a problemas com empresas e que não têm hipótese de candidaturas ou participações. Considerando também a capacidade de endividamento que o município tem, proponho à Assembleia que me conceda autorização prévia para um financiamento na ordem de dois milhões quinhentos e sessenta mil euros, especificamente para um empréstimo de médio e longo prazo.

Esse valor será destinado à pavimentação da Municipal 533 no troço Palmela/Lau. Tanto a 533 quanto a 533-1 são as estradas municipais mais longas que conheço no país. Tenho vindo a repavimentar por troços, mas este trecho, que é mais longo, não tem recebido beneficiações. Por isso, proponho uma verba de setecentos e setenta mil euros, pois esse troço precisa realmente de melhorias, não só para quem circula aqui no concelho, mas também porque é muito utilizado por quem nos atravessa e dá acesso a várias atividades económicas que geram enorme pressão de trânsito naquele espaço.

Em relação ao Centro de Investigação do Património Cultural, que é o antigo Edifício da GNR, como sabem, a empresa abandonou a obra. Portanto, preciso relançar o que falta fazer, com a necessidade de financiamento integral. Essa obra tinha uma participação no quadro anterior do “POR 2020”, mas como não foi terminada, não posso beneficiar dessa participação de fundos comunitários, que, embora não seja muito generosa, era necessária. Assim, preciso de duzentos mil euros para concluir essa obra.

Além disso, há uma obra que não tem financiamento em nenhum programa: o Arranjo Paisagístico do Largo do Chafariz D. Maria I, que é o estacionamento na antiga bomba de gasolina que comprei. Também solicito seiscentos e sessenta mil euros para a Pista Simplificada de Atletismo em Pinhal Novo, cujo projeto já apresentei à população.

Temos também duas obras para a Quinta do Anjo, que foram muito reclamadas e contratualizadas com a junta e a população, e são compromissos de mandato. O Espaço Skate Park multiusos no CRJ de Quinta do Anjo requer trezentos mil euros, e a requalificação da Praceta Antero de Quental nas Colinas precisa de duzentos e trinta mil euros. A pavimentação da Rua dos Marinheiros, em Brejos do Assa, demanda duzentos e cinquenta mil euros.

Alguns de vocês poderão notar que não mencionei obras de Poceirão e Marateca. Isso porque, felizmente, essas obras têm sido concretizadas ao abrigo da OIL, e outras estão em andamento. As demais pavimentações têm sido realizadas exclusivamente com fundos próprios da autarquia.

No momento, é esse o valor do empréstimo; não precisamos ir mais longe, mas acredito que isso é fundamental para honrar compromissos que foram sufragados e solicitados pela população, especialmente nas semanas das freguesias.”

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado. Alguma intervenção sobre este pedido de autorização prévia para os investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo? Não?

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto três: desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado municipal, com vista à posterior constituição de direito de superfície.

PONTO TRÊS – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado municipal com vista à posterior constituição de direito de superfície

O Sr. Presidente de Câmara:

“Sr. Presidente, vou procurar resumir a proposta, pedindo que seja transcrita na íntegra.

O Município detém, integrada no seu domínio público municipal por efeito da emissão do alvará de loteamento nº 140 (referente ao processo urbanístico de licenciamento da operação de loteamento nº L-55/82, incidente na Zona Industrial de Vale do Alecrim), uma parcela de terreno com a área de 300 m², adjacente ao lote 26, destinada a verde de enquadramento do loteamento (integrada na área total de 160.546,08m² destinada à rede viária, passeios, parqueamentos, zona de proteção e zona verde de enquadramento aos arruamentos e Estrada Nacional n.º 252, cedida para o domínio público no âmbito daquele alvará de loteamento).

A sociedade comercial INSTACLEAN, Lda., pessoa coletiva nº 513920218, com sede em Estrada Nacional 356, 39A Casal do Quinta, Batalha, é proprietária do lote 26 do referido alvará de loteamento nº 140. Nesta qualidade, apresentou pedido de licenciamento de ampliação do edifício onde desenvolve a sua atividade comercial, localizado no referido lote 26, representando o acesso principal das viaturas e a utilização do posto de transformação de energia elétrica e depósito de gás, essenciais ao exercício da sua atividade, na referida parcela com a área de 300 m², integrada no domínio público municipal.

Perante a constatação que tal parcela não integra o lote 26, mas sim o domínio público municipal, a sociedade comercial INSTACLEAN, Lda. solicitou a constituição de direito de superfície a seu favor, justificando a necessidade de ocupação da referida parcela, essencial para o funcionamento da empresa e desenvolvimento preconizado para a sua atividade industrial, indicando ainda que já o anterior proprietário do lote 26 utilizaria tal parcela de terreno.

O proprietário do lote 26 e exponente apresenta-se como sociedade detentora da marca HygiCo, que desenvolve a sua atividade de higienização e aluguer de fardamentos para empresas com elevadas exigências técnicas e de segurança no uso de vestuário do trabalho. A referida marca é reconhecida a nível europeu, sendo membro do BCSD Portugal, (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), que integra a Rede Global do Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), a maior Organização Internacional empresarial a trabalhar na área do desenvolvimento sustentável. A marca foi premiada em 2020 e 2021 com o prémio Gazela de âmbito europeu, prémio esse atribuído, em cada país às empresas jovens que num curto espaço de tempo apresentam um crescimento acelerado no emprego e no volume de negócios. Além disso, foi classificada como uma das Top 5 melhores empresas de Portugal em 2023, certificada pela *Scoring*.

De salientar a referência a parcerias com inúmeras empresas relevantes, desde o Grupo Jerónimo Martins, Auchan a outras no distrito de Setúbal - Rovença, Simarsul, Serviços municipalizados de Setúbal e InfraTróia.

É ainda realçada a fase de estudo do lançamento de um *Centro de Inovação e Investigação Aplicada em Higiene* na Península Ibérica, que pretende trabalhar com soluções tecnológicas sustentáveis e ambientalmente favoráveis, de acordo com os princípios da economia circular. Para tal contam com a participação de universidades, possivelmente do Instituto Politécnico de Setúbal, prevendo-se a atribuição de bolsas de investigação, em estreita colaboração com essas instituições.

De acordo com a exposição apresentada, a localização geográfica de Palmela permite reduzir custos de logística e, ao mesmo tempo, contribuir para o compromisso de sustentabilidade ambiental do modelo de negócio, pela maior proximidade aos clientes na grande Lisboa. Só com as instalações de Palmela terá sido possível a parceria com a *Skypro*, empresa de referência europeia e mundial na gestão de fardamentos para grandes operadoras, (companhias aéreas como a *Emirates* ou *Qatar*, entre outras, empresas como a *Swissport* ou a polícia britânica, por exemplo).

Com a ampliação pretendida pretendem acrescentar 30 postos de trabalho aos 20 já existentes no polo de Palmela.

A referida parcela de 300m² é uma área de enquadramento aos lotes, confinando com os prédios contíguos à operação de loteamento e na adjacência de impasse viário. A solução de desenho urbano do loteamento previa a possibilidade de continuidade rodoviária para sul, onde esteve, em tempos prevista outra operação de loteamento industrial. No entanto, com a tramitação recente de pretensão que não necessita desta ligação viária, esta hipótese perdeu a pertinência, não havendo outra utilização a dar à parcela em causa senão a de verde de enquadramento.

Assim, uma vez que o rácio de zonas verdes de enquadramento no presente loteamento está em excesso relativamente ao rácio do PDM e atendendo a que o conjunto em que se insere esta parcela é caracterizado por um coberto vegetal espontâneo, do ponto de vista urbanístico, da sua subtração ao uso previsto não advém qualquer incumprimento do PDM, pelo que, não se vê inconveniente à utilização da parcela de 300m² pelo proprietário do lote n.º 26, no âmbito da laboração da respetiva unidade industrial.

A referida parcela de terreno com a área de 300 m² está integrada no domínio público municipal, pelo que, a solicitada constituição do direito de superfície terá que ser precedida de desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, após o que haverá condições para ser constituído o referido direito de superfície, a título oneroso. Tal constituição de direito de superfície sobre um bem da titularidade municipal consiste numa oneração de bem imóvel integrado em património imobiliário público, a qual obedece ao disposto no Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo DL 280/2007, de 07 de agosto.

Nos termos do art.º 4.º, n.º1 do referido diploma, a oneração depende de prévia avaliação, ficando a oneração dependente da necessária compensação financeira ao Município.

Para determinação do valor a considerar o município promoveu relatório de avaliação pericial, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, no qual se apurou o valor do direito de propriedade plena, em €75.000,00 (setenta e cinco mil Euros), o valor do direito de superfície por dez (10) anos em sessenta mil Euros (€60.000,00) e por vinte (20) anos em quarenta e cinco mil Euros (€45.000,00).

Veio o requerente, por notificação de 26/06/2024, manifestar a sua opção pelo prazo mais longo, de vinte anos, e respetivo pagamento da prestação mensal de cento e oitenta e sete Euros e cinquenta cêntimos (€187,50€) bem como a concordância sobre as seguintes condições para a constituição do direito de superfície:

- No prazo de 5 anos a contar da constituição do direito de superfície, proceder ao licenciamento e regularização das operações urbanísticas na parcela;
- Manter a sua atividade comercial regular;
- Não transmitir a sua posição contratual a terceiros sem o prévio consentimento do Município;
- Contratar seguro de responsabilidade civil que cubra a utilização daquela área;
- Manter e zelar pela segurança e bom funcionamento da área a ocupar;
- Assegurar o pagamento de todas as despesas relacionadas com a ocupação daquela área;

-
- Pagar pontualmente, até ao dia 08 de cada mês, o valor da renda mensal de 187,50€, a realizar nos serviços da tesouraria do Município ou por outro meio que lhe seja indicado;
 - submeter a decisão prévia do Município de Palmela a execução de quaisquer obras sobre a parcela com a área de 300 m², sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares;
 - Renunciar a todo o tipo de compensação ou indemnização a que eventualmente houvesse lugar por via da realização de benfeitorias sobre a parcela de terreno objeto do direito de superfície;
 - Restituir a parcela de terreno, nas condições que lhe foi entregue, salvo as deteriorações decorrentes de uma normal utilização, findo o prazo pelo qual seja constituído o direito de superfície.

A parcela de terreno voltará à posse integral do Município caso lhe seja dado destino diferente do previsto para efeitos da constituição do direito de superfície, não havendo qualquer direito a indemnização, e ainda no caso de o proprietário INSTACLEAN, Lda ser dissolvido, declarado insolvente, ou estar sem atividade durante pelo menos três anos consecutivos, o que do mesmo modo não confere qualquer direito indemnizatório à referida sociedade comercial.

Nestes termos, propõe-se que:

- Ao abrigo do disposto no art.º 33º, nº1 alínea ccc) e 25º, nº1 alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, se delibere propor à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado da parcela de terreno com a área de 300m², sita na Rua do Zinco, loteamento industrial do Vale do Alecrim, que confronta do norte e nascente com espaço público, do sul com o prédio n.º 717 da seção T, freguesia de Palmela e do poente com o lote 26, destinada a área verde de enquadramento do lote 26 do alvará de loteamento nº 140, nos termos da planta anexa;
- Na condição da referida desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado se consumir, e nos termos do art.º 33º, nº1 alínea g) RJAL, seja aprovada a constituição de direito de superfície, a título oneroso, nos termos e condições acima indicados.

O Município detém uma parcela de terreno com 300 m², adjacente ao lote 26, que é destinada a verde de enquadramento do loteamento, integrada no domínio público municipal. A sociedade INSTACLEAN, Lda., proprietária do lote 26, solicitou a constituição de direito de superfície sobre essa parcela, justificando a necessidade de ocupação para o funcionamento da sua atividade.

A INSTACLEAN, que é reconhecida na área de higienização e aluguer de fardamentos, já utilizava essa área e busca agora regularizar a situação. O proprietário anterior também utilizou a parcela, e com a ampliação prevista, a empresa planeja adicionar 30 postos de trabalho aos 20 já existentes.

A parcela de 300 m² é uma área de enquadramento e não há outra utilização prevista a não ser a de verde de enquadramento. A subtração desta área ao uso público não infringe o PDM, uma vez que o rácio de zonas verdes está em excesso em relação ao estabelecido. Assim, não vejo inconvenientes para a utilização da parcela pelo proprietário do lote 26.

Como a parcela está no domínio público, a constituição do direito de superfície requer a sua desafetação e afetação ao domínio privado municipal. A avaliação pericial realizada determinou que o valor do direito de superfície por 20 anos é de 45 mil euros, e o requerente optou por este prazo.

Proponho que, nos termos do RJAL, se delibere na Assembleia Municipal a desafetação do domínio público e a afetação ao domínio privado da parcela de 300 m². Se essa desafetação for aprovada, que se aprove também a constituição do direito de superfície, a título oneroso.

Em resumo, trata-se de uma empresa importante que se fixou no nosso concelho, e essa área é indispensável para o seu funcionamento. A solução é passar a área do domínio público para o domínio privado, permitindo que a empresa se instale legalmente mediante pagamento mensal. Temos área suficiente no Parque do Vale do Alecrim para compensar essa alteração.

Essa proposta já deveria ter sido apresentada anteriormente, mas só agora houve a oportunidade para avançar com a constituição do direito de superfície, que necessita da autorização da Assembleia.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, muito obrigado. Sobre este ponto número três, alguma intervenção? Não? Então, vamos votar o ponto três da ordem de trabalhos, conforme o Sr. Presidente da Câmara esclareceu."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por Unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos à proposta número quatro: Aceitação de doação – Alargamento do Aceiro António Marreco.
Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Aceitação de doação – Alargamento do Aceiro António Marreco;

O Sr. Presidente de Câmara:

"Sr. Presidente, nós fizemos a pavimentação deste aceiro na zona da Fonte da Vaca, na Freguesia de Pinhal Novo. Assim como outros aceiros, este passou para o domínio público municipal. Ao longo dos anos, com a abertura de mais caminhos e aceiros e a eletrificação da área, percebemos que o perfil era muito estreito em algumas zonas. Hoje, quando realizamos a pavimentação, buscamos cumprir todas as normas técnicas, garantindo a largura mínima das vias, com valetas e bermas.

Felizmente, os proprietários confinantes nesta área de estreitamento mostraram-se disponíveis para doar quinhentos e trinta e oito metros quadrados ao município, para que a via pudesse manter o perfil adequado, beneficiando não apenas a eles, mas também os outros residentes e quem passa pelo local, já que se trata de um arruamento público que agora está pavimentado e em excelentes condições.

Assim, como é competência da Assembleia deliberar sobre a afetação do domínio público desta área, estamos aqui a submeter à vossa consideração a aceitação da doação e a necessária desafetação do domínio privado dos particulares para a sua afetação ao domínio público."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre a Aceitação de doação – Alargamento do Aceiro António Marreco, com as anotações feitas pelo Sr. Presidente da Câmara alguma intervenção?

Não havendo, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto cinco da ordem de trabalhos: Aditamento ao Acordo de Geminação, Cooperação e Amizade entre os Município Palmela e S. Filipe (Cabo Verde)."

PONTO CINCO – Aditamento ao Acordo de Geminação, Cooperação e Amizade entre os Município Palmela e S. Filipe (Cabo Verde).

O Sr. Presidente de Câmara:

"Pois bem, é sabido que temos esses acordos e, em outros casos, são protocolos que não necessitam de vir à Assembleia. No entanto, este mantém a designação de acordo e, por isso, compete à Assembleia deliberar. Desde mil novecentos e noventa e seis, trabalhamos na cooperação para o desenvolvimento com a cidade de São Filipe, na ilha do Fogo, em Cabo Verde.

Como podem imaginar, os considerandos não mudam nas intenções e no objeto, mas há aspectos que precisam ser melhor precisados. Os tempos são outros, e introduzimos aqui questões relacionadas aos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são muito relevantes, além das questões da transição energética. Também é necessário mencionar, no corpo do acordo, o alinhamento que temos com a Rede dos Municípios de Cooperação para o Desenvolvimento, da qual presidimos a Assembleia Geral há pelo menos três mandatos.

Esse alinhamento deve estar em conformidade com a estratégia da "Cooperação Portuguesa 2030" e com o Plano Estratégico desta Rede, que reúne Municípios Portugueses, além do plano que também aprovámos para o nosso concelho. Por isso, há outras matérias que precisam ser introduzidas no corpo do acordo, atualizando-o. As intenções permanecem as mesmas, mas os conceitos evoluíram e estão mais alinhados com os documentos estratégicos da cooperação e do desenvolvimento."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente sobre este aditamento, alguma intervenção? Não?

Então votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (12 da CDU, 9 do PS e 4 do M CCP) e 5 abstenções (3 do PPD/PSD e 2 do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"O ponto seis, Sr. Presidente faz favor.

PONTO SEIS – Contrato Interadministrativo para Limpeza e Conservação de Espaços Desportivos Descobertos e Espaços de Jogo e Recreio Municipais com a Junta de Freguesia de Palmela – Atualização.

O Sr. Presidente de Câmara:

A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido renovados e atualizados no mandato 2021/2025, conforme deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2022 e aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 29/09/2022.

O Contrato Interadministrativo para "Limpeza e Conservação de Espaços Desportivos Descobertos e Espaços de Jogo e Recreio Municipais" com a Junta de Freguesia de Palmela foi, ainda no final de 2022, objeto de uma atualização dos valores por m² dos espaços que o integram, tendo essa alteração produzido efeitos em 1 de janeiro de 2023.

No decurso do presente ano a Câmara Municipal procedeu:

- à instalação do Espaço de Jogo e Recreio e Circuito Fitness Manuel Augusto Mares, no loteamento Expofirme, com uma área total global de 311m²;
- à requalificação da Praceta Nascente da Nova Palmela, com instalação de Espaço de Jogo e Recreio e Circuito Fitness, com uma área total global de 148m².

Assim,

- Considerando que foi entendimento dos serviços municipais que estas novas áreas de recreio e lazer da freguesia de Palmela, que têm estado a ser objeto de manutenção e limpeza por parte da Câmara Municipal, integrem o respetivo contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Palmela;
- Considerando que há necessidade de atualização dos valores que integram o contrato interadministrativo, com efeitos retroativos a 1 de setembro do presente ano, no montante de € 2.524,50, sendo que o valor global do contrato interadministrativo será atualizado para um total de € 65.543,50 e este ano, porque a presente proposta de atualização tem efeitos a 1 de setembro, o montante a suportar e a acrescentar ao valor do contrato atual, será na quantia de € 841,50, correspondente ao período de setembro a dezembro do presente ano.

Propõe-se que, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j) do RJAL, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Contrato Interadministrativo para Limpeza e Conservação de Espaços Desportivos Descobertos e Espaços de Jogo e Recreio Municipais” com a Junta de Freguesia de Palmela, para o presente ano de 2024 e seguintes, conforme minuta em anexo.

Muito bem, pedindo que fique transcrito na íntegra, mas procurando explicar a proposta de forma concisa: temos contratos com as juntas para os espaços definidos no anexo. Entretanto, o município reabilitou e construiu novos espaços que passarão a estar sob responsabilidade da Junta de Freguesia de Palmela, no âmbito desses contratos interadministrativos.

Esta proposta atualiza o número e a metragem desses espaços, incluindo o espaço de Jogo e Recreio e circuito Fitness Manuel Augusto Mares, no loteamento da Expofirme. Após a requalificação da Praceta Nascente da Nova Palmela, também foi adicionado um novo espaço de Jogo e Recreio e um circuito Fitness, com uma área de cento e quarenta e oito metros quadrados. É justo que isso seja contabilizado para efeitos da transferência financeira para os cuidados que a Junta de Freguesia terá em relação a esses espaços, em termos de vigilância, limpeza e pequena conservação. Para intervenções mais significativas, naturalmente, a Câmara intervirá.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Ah! já agora isto é para ter efeitos retroativos a um de setembro, porque até lá a Câmara tem tentado ser ela a tomar conta do espaço, embora a Junta esteja desde há muito tempo, já a colaborar nestes espaços.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, essa ideia está no segundo considerando da proposta. Alguma intervenção sobre o contrato interadministrativo?”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Obviamente há uma atualização do valor com base nestes métodos. Eu nem sei quanto é, mas está aqui. O Sr. Presidente conferiu isto bem, o e se o Sr. Presidente da Junta se não diz nada, é porque está satisfeito. Está tudo validado, não há dúvida sobre o resto. Muito bem, exatamente, é uma questão de confiança.

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Da nossa ordem de trabalhos, ponto número sete: Projeto de Regulamento do Museu Municipal de Palmela. Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO SETE – Projeto de Regulamento do Museu Municipal de Palmela;

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito bem, processualmente, está aqui explanado na proposta as datas da aprovação e a sujeição a consulta pública. Antes, houve também uma divulgação aos interessados, e não houve quaisquer pedidos ou manifestações de contribuição. A Câmara Municipal deliberou favoravelmente ao regulamento, e após a discussão pública, também não houve contribuições. Portanto, trazemos ao órgão deliberativo por excelência, que é a Assembleia Municipal, a proposta de aprovação."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, alguma intervenção sobre este ponto, referente ao projeto de regulamento?
Não? Então, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto número oito: projeto de alteração ao regulamento de aplicação e cobrança e tabela de tarifas e preços do município de Palmela. Sr. Presidente da Câmara, faça favor."

PONTO OITO – Projeto de Alteração ao Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito bem, este é um projeto de regulamento muito amplo e complexo. Na verdade, tínhamos necessidade de trazer mais propostas para este regulamento, mas, por ora, esta é a que se refere ao património do município, nomeadamente às escolas de segundo e terceiro ciclo e secundárias, com exceção da secundária de Pinhal Novo. Essas escolas têm espaços que são frequentemente solicitados por diversas entidades públicas, privadas e associações para utilização.

Até agora, não havia regulamentos específicos para isso. O município já possui regulamentos para várias situações, mas as escolas tinham diferentes abordagens. Como o edifício é nosso, cabe a nós estabelecer um regulamento para a utilização dos espaços escolares fora do período das atividades escolares.

O regulamento inclui cálculos e fundamentos que constam na ficha técnica. Ele também especifica quem está sujeito a isenções e reduções, e apresenta tarifas horárias consoante o tipo de equipamento—auditório, polidesportivo, sala de aula, refeitório, Pavilhão Desportivo, entre outros. Para cada espaço, deve haver uma tarifa e um preço definidos.

Além disso, o regulamento determina quem paga, quem não paga e quem comparticipa, considerando a importância de cada dinâmica e entidade que solicita apoio. É isso que estamos a trazer nesta alteração, que também é um aditamento, pois é algo novo.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, muito obrigado. O Projeto de Alteração ao Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela, essas novas readaptações e compromissos exigem também esta tabela.

Alguma intervenção? Não? Estão muito inibidos hoje, então vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto da ordem de trabalhos, ponto número nove e último. Sr. Presidente da Câmara faça favor.”

PONTO NOVE – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Aditamento ao contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e AMENER Palmela Smartlight, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O Sr. Presidente de Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, a proposta está à vista de todos, mas gostaria de fazer uma breve introdução para evitar a leitura integral. O importante aqui é a explicação que vou fornecer. Esta proposta surge em resposta a uma exigência do Tribunal de Contas no âmbito da apreciação do aditamento ao contrato mencionado no título para a emissão de visto prévio. Em nossa opinião, essa exigência é desnecessária, pois a despesa para os anos seguintes já está prevista no orçamento em vigor, que foi aprovado por esta Assembleia Municipal.

Demonstramos isso ao tribunal com as certidões relativas ao registro dos compromissos plurianuais. A questão central é que esses compromissos já estão validados. Juridicamente, achamos desnecessária esta nova pronúncia da Assembleia Municipal, pois é uma segunda manifestação sobre a programação desses compromissos, uma vez que já foi feito no orçamento, que também é plurianual.

Não vale a pena insistir em conflitos com o Tribunal de Contas, que já atrasa demasiadas coisas. Assim, não temos outra opção a não ser submeter este assunto à apreciação e deliberação do órgão, embora o consideremos redundante. Mas, assim, ficamos todos mais tranquilos. É isso.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, o seguro morreu do velho, não é, Sr. Presidente?

Sobre este ponto, alguma intervenção?

Patrícia Caixinha, do Partido Socialista faça favor.”

A Sra. Patricia caixinha do PS:

“Obrigada Sr. Presidente.

Só para quebrar aqui a inibição, queria fazer um pedido de esclarecimento sobre o valor dos encargos para os anos seguintes, que está na tabela, após 2028. Refere-se a um montante de oitocentos e vinte e dois mil e oitenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos. Gostaria de questionar como será feita essa repartição anual durante esse período e se já há alguma indicação sobre isso.

Disse, Sr. Presidente.”

O Sr. Diamantino de Sousa Pereira do MCCP, ausentou-se da sala de trabalhos.

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado.

Alguma intervenção mais? Não?

Sr. Presidente de Câmara, faça favor, os oitocentos mil euros”

O Sr. Presidente de Câmara:

”Se não se importa, é uma questão mais técnica, peço ao Dr. Paulo Pacheco.”

Dr. Paulo Pacheco:

”Gravação não audível. Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Se dividirmos isto por noventa e um, encontramos o número de anos que temos com o compromisso, é isso?”

O Sr. Presidente de Câmara:

”Noventa e um e qualquer coisa, porque isto não é noventa e um certos.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Estamos a falar de noventa e um mil euros.”

A Sra. Patricia Caixinha:

”Sim senhor, esclarecida.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Esclarecida?

Muito obrigado.

Alguma intervenção? Não?

Então votamos o ponto nove da ordem de trabalhos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Chegamos aqui ao fim da nossa Assembleia. Teremos amanhã, para que todos também fiquem a saber, reunião de líderes de bancada às dezassete e trinta minutos da tarde. Depois às sete horas iremos todos com certeza à Feira Medieval.

O Sr. Presidente da Câmara irá trajado a rigor, como é habitual, e portanto, não perdemos de certeza esse momento mesmo, e portanto, encontrar-nos-emos com certeza todos, penso que houve convites e para que estejamos todos amanhã na Feira Medieval na sua inauguração.

Agradeço à SIM – Sociedade de Instrução Musical, mais uma vez, um agradecimento a quem acompanhou a sessão em casa, assim como aos técnicos e aos outros elementos do município que estiveram aqui. Muito obrigado, boa noite a todos.”

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e quatro, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa